

centro social e paroquial de
Caíde de Rei



Handwritten signature in blue ink:
A
Luís
Filipe
Azeiteiro
J

RELATÓRIO

Atividade e Contas

2022



INDICE

RELATÓRIO DA ATIVIDADE.....	3
BALANÇO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	7
ANEXO	8
1. Identificação da Entidade	8
1.1 Denominação da Entidade:.....	8
1.2 Lugar da Sede Social:.....	8
1.3 Natureza da atividade:.....	8
2. Referencial Contabilístico e Preparação das Demonstrações Financeiras	8
2.1 Referencial Contabilístico:.....	8
2.2 Indicação e justificação das disposições da NC para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas DF.....	9
2.3 Indicação e comentário das contas do Balanço e da DR cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.	9
3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	9
3.1 Principais políticas contabilísticas:.....	9
a) Bases gerais de mensuração:	10
b) Principais pressupostos subjacentes:	10
3.2 Alterações nas Políticas Contabilísticas.....	12
3.3 Alteração nas estimativas contabilísticas.....	12
3.4 Correção de erros de períodos anteriores	12
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	12
5. Ativos Fixos Intangíveis.....	13
6. Participações Financeiras.....	13
7. Imparidades em Ativos Fixos.....	14
8. Custo de Empréstimos Obtidos	14
9. Inventários	15
10. Ativos e Passivos Financeiros.....	15
10.1 Créditos a receber	16
10.2 Diferimentos.....	16
10.3 Outros ativos correntes.....	16
10.4 Instrumentos de capital próprio de outras entidades.....	16
10.5 Caixa e depósitos bancários	16
10.6 Fornecedores e outras contas a pagar.....	17

10.7 Financiamentos obtidos	17	<i>Luís</i>
10.8 Outros passivos correntes	17	<i>Filipe</i>
11. Rendimentos e Gastos	18	<i>Luís</i>
11.1 Rendimentos	18	<i>f</i>
11.2 Gastos	18	
12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	19	
13. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	19	
14. Instrumentos Financeiros	20	
15. Benefícios de empregados	20	
16. Acontecimentos após a data do balanço	20	
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20	
18. Outras Notas às Demonstrações Financeiras	21	
19. Outras Divulgações	21	

RELATÓRIO DA ATIVIDADE

Em conformidade com os Estatutos, a Direção do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI (CSP), doravante somente CSP, apresenta o Relatório de Atividades, Contas e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao período económico findo em 31 de dezembro de 2022.

O CSP desenvolveu a atividade do “*Movimento Sénior*” em colaboração com a Rede Social de Lousada.

A principal fonte de rendimentos do CSP são os *Subsídios à Exploração* que, no período de 2022, ascendem a 6,4 mil euros, registando uma quebra significativa face aos 26,3 mil euros do período de 2021. O período de 2021 foi influenciado pela fase final do programa de capacitação financiado pelo Portugal Inovação Social.

Foram ainda obtidos rendimentos de *donativos* na ordem dos 5,5 mil euros, que, comparativamente ao ano de 2021, registaram um aumento de 1,7 mil euros.

Os *Fornecimentos e Serviços Externos* ascenderam a 8 mil euros, registando uma redução de quase 6 mil euros face ao período anterior.

Os *gastos com o pessoal* ascenderam a 5.7 mil euros, a que corresponde um decréscimo superior a 6,6 mil euros face ao período de 2021.

Foi apurado um *Resultado Líquido* positivo de 1.175,12€, que se consubstancia numa redução de 3,3 mil euros face ao período de 2021. Releva os resultados positivos em três períodos consecutivos, numa inversão clara face aos resultados negativos dos períodos antecedentes, cimentando o objetivo de manutenção dos Capitais Próprios positivos.

Durante o mês de novembro de 2021 o CSP submeteu uma candidatura, no âmbito do programa PROCOOP, visando a obtenção de protocolo com a Segurança Social para a valência de Serviço de Apoio ao Domicílio. No primeiro trimestre do ano de 2023 foi proferida decisão de indeferimento da candidatura, e o CSP, não se conformando com a decisão, reclamou para as instancias competentes, ponderando o recurso à via judicial para fazer valer os seus direitos.

Terminamos com um agradecimento a todos quantos estiveram envolvidos na atividade do CSP durante o período de 2022, designadamente os utentes, os colaboradores, os fornecedores, a Paróquia de Caide de Rei e as entidades oficiais.

Nota: Todos os valores são representados em euros (€).

BALANÇO
31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	0,00	0,00
Ativos Intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	6	295,53	10,19
		295,53	10,19
Ativo Corrente			
Inventários	9	0,00	0,00
Créditos a Receber	10.1	0,00	0,00
Diferimentos	10.2	171,62	115,71
Outros Ativos Correntes	10.3	121,24	121,24
Caixa e Depósitos Bancários	10.5	7 848,27	8 256,81
		8 141,13	8 493,76
Total do Ativo		8 436,66	8 503,95
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Resultados Transitados	3.4	3 145,31	(1 307,75)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		1 175,12	4 453,06
Total dos Fundos Patrimoniais		4 320,43	3 145,31
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	12	0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	10.7	0,00	0,00
Outras Dívidas a Pagar	10.8	0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	10.6	805,81	1 511,95
Estado e Outros Entes Públicos	10.8	5,01	0,00
Financiamentos Obtidos	10.7	0,00	0,00
Diferimentos	10.2	0,00	0,00
Outros Passivos Correntes	10.8	3 305,41	3 846,69
		4 116,23	5 358,64
Total do Passivo		4 116,23	5 358,64
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		8 436,66	8 503,95

Handwritten signatures and initials in blue ink:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 Filipe
 [Signature]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Exercício económico de 2022 (01-01-2022 a 31-12-2022)

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		2022	2021
Vendas e Serviços Prestados	11.1	3 276,00	742,50
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	13	6 404,72	26 325,65
Variação nos Inventários de Produção	9	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas	9	0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	11.2	(7 990,12)	(13 790,09)
Gastos com o Pessoal	15	(5 777,32)	(12 364,38)
Imparidades de Dividas a Receber	10.1	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	12	0,00	0,00
Aumentos/reduções do justo valor		0,00	0,00
Outros Rendimentos	11.1	5 559,57	3 856,50
Outros Gastos		(297,73)	(317,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 175,12	4 453,06
Gastos/reversões de Depreciação e Amortização	4-5	0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 175,12	4 453,06
Juros e rendimentos similares obtidos	6-11	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares suportados	10.7	0,00	0,00
Resultado antes de Impostos		1 175,12	4 453,06
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado liquido do período		1 175,12	4 453,06

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício económico de 2022 (01-01-2022 a 31-12-2022)

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		3 276,00	742,50
Pagamentos a fornecedores		(7 882,44)	(23 084,02)
Pagamentos ao pessoal		(5 728,73)	(20 829,42)
Caixa gerado pelas operações		(10 335,17)	(43 170,94)
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		6 404,72	38 686,18
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		(1 751,12)	(859,90)
Fluxo das atividades operacionais [1]		(5 681,57)	(5 344,66)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	406,43
Outros ativos		0,00	0,00
		0,00	406,43
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		(285,34)	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
		(285,34)	0,00
Fluxo das atividades de investimento [2]		(285,34)	406,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Doações		5 558,37	3 813,70
Outras Operações de Financiamento		0,00	0,00
		5 558,37	3 813,70
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		0,00	0,00
Fluxo das atividades de financiamento [3]		5 558,37	3 813,70
Variação de caixa e seus equivalentes [1]+[2]+[3]		(408,54)	(1 124,53)
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 256,81	9 381,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 848,27	8 256,81

Handwritten signatures and initials in blue ink:
 #
 Luis
 Filip
 Leixub
 P

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Exercício econômico de 2022 (01-01-2022 a 31-12-2022)

Descrição	Notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE					
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total
Posição no início do período	1	0,00	0,00	(1 307,75)	0,00	4 453,06	3 145,31
Alterações no período							
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	18	0,00	0,00	4 453,06	0,00	(4 453,06)	0,00
Resultado Líquido do período	2					1 175,12	1 175,12
Resultado integral	3 4=2+3					(3 277,94)	1 175,12
Operações com instituidores no período							
Fundos/Resultados Transitados	3.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	3.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período	5 6=1+2+3+5	0,00	0,00	3 145,31	0,00	1 175,12	4 320,43

**ANEXO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Handwritten notes and signatures in blue ink:
20-6-
Luísa
Filipe
Leixões
f

1. Identificação da Entidade

1.1 Denominação da Entidade:

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI, doravante somente CSP.

NIPC: 513087613

1.2 Lugar da Sede Social:

Av. Padre Fernando Da Cunha Carvalho, Nº 75, 4620-073 Cide De Rei

Endereço eletrónico: cspcaidederei0@gmail.com

1.3 Natureza da atividade:

Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos – Outras Atividades de Apoio Social sem Alojamento.

O CSP é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, sujeita em Direito Canónico de obrigações e de direitos consentâneos com a índole de instituto da Igreja Católica.

É uma pessoa coletiva religiosa e uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, registada no livro n.º 6 das Fundações de Solidariedade Social, sob o n.º 16/06, folha 148 verso, regendo-se pelas disposições dos Estatutos das IPSS e demais normas aplicáveis, no respeito pelas disposições da Concordata.

Na sua atividade o CSP apoia os idosos através das atividades do “movimento sénior”.

2. Referencial Contabilístico e Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o referencial contabilístico próprio, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo - NCRF-ESNL, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, revisto pelo Decreto Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e no Aviso nº 218/2015 de 27 de julho, conforme o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 Indicação e justificação das disposições da NC¹ para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas DF².

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos consoante as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta.

Os pressupostos subjacentes, as características qualitativas das Demonstrações Financeiras e as normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação.

É nossa convicção que as contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam.

Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Indicação e comentário das contas do Balanço e da DR³ cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

3.1 Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo CSP na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

¹ Normalização Contabilística

² Demonstrações Financeiras

³ Demonstração dos Resultados

Handwritten notes in blue ink:
*
Luis
Filib
Leisib-
f

a) Bases gerais de mensuração:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, conforme as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga, ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição.

Os passivos são registados pela quantia de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

b) Principais pressupostos subjacentes:

i. Regime do acréscimo

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (e não quando caixa, ou equivalentes de caixa, sejam recebidos ou pagos), registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações Financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “*Devedores por acréscimos de rendimento*”; no que lhe concerne, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “*Credores por acréscimos de gastos*”.

Os rendimentos ou os gastos, respetivamente recebidos ou pagos no período, mas atribuíveis a períodos seguintes, são reconhecidos em “*Diferimentos – Rendimentos/Gastos a reconhecer*”.

ii. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, assumindo-se que a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

iii. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

Desta forma pretende-se proporcionar informação fiável (livre de preconceitos), fidedigna e relevante para a avaliação e tomada de decisões económicas dos utentes.

iv. Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

A Entidade não definiu nenhum critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas dos utentes, tomadas com base nas demonstrações Financeiras.

v. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

vi. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de reconhecimento mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, permitindo comparar as Demonstrações Financeiras temporalmente, de modo a identificar tendências na sua posição financeira e desempenho.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.

vii. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Luís
Filipe
Leixub

3.2 Alterações nas Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3.3 Alteração nas estimativas contabilísticas

A informação das Demonstrações Financeiras não sofreu nenhum efeito decorrente da alteração das estimativas contabilísticas.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

O Resultado Líquido não se encontra influenciado por rendimentos ou gastos de períodos anteriores.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

Os bens são depreciados de forma sistemática, desde o momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, consoante o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis, e método de amortização dos vários bens, são revistos anualmente. Os efeitos de alguma alteração a estas estimativas serão reconhecidos prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Eventuais mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis, são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, reconhecidas na demonstração dos resultados.

As quantias escrituradas no início e no fim de cada período, bem como os movimentos do período, são conforme o quadro seguinte:

	Rubricas	Período	
		2022	2021
1	Quantia escriturada inicial	1 019,25	1 019,25
2	Depreciações acumuladas iniciais	1 019,25	1 019,25
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00
4= 1-2-3	Quantia Líquida escriturada inicial	0,00	0,00
5	Movimentos do período	0,00	0,00
5.1	Total de adições	0,00	0,00
	Aquisições	0,00	0,00
	Revalorizações	0,00	0,00
5.2	Total diminuições	0,00	0,00
	Depreciações	0,00	0,00
	Perdas por imparidade	0,00	0,00
6	Quantia escriturada final	0,00	0,00

5. Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis pela entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes consoante o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

A entidade não reconhece ativos fixos intangíveis.

6. Participações Financeiras

Os investimentos financeiros reconhecidos, de expressão insignificante nas entidades participadas, não permitem à entidade qualquer controlo ou influência, sendo tratados como instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros das entidades indicadas não são negociados publicamente, sendo mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Os movimentos do período de 2021 resume-se conforme o quadro seguinte:

	Rubricas	Participação capital ⁴	FCT ⁵	FRSS ⁶	Total
1	Quantia escriturada inicial	0,00	0,00	10,19	10,19
2	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00
3= 1-2	Quantia Liquida escriturada inicial	0,00	0,00	10,19	10,19
4= 5-6	Movimentos do período	250,00	35,34	0,00	285,34
5=5,1+5,2+5,3)	Total de adições	250,00	35,34	0,00	285,34
5,1	Aquisições	250,00	35,34	0,00	285,34
5,2	Reversão de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
5,3	Aumento do justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
6=6,1+6,2+6,3	Total diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00
6,1	Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
6,2	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
6,3	Redução do justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
7= 3+4	Quantia liquida escriturada final	250,00	35,34	10,19	295,53

7. Imparidades em Ativos Fixos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos da entidade, para determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Se existir algum indicador, é estimado a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) de modo a determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Não foram reconhecidas imparidades no final do período de 2022.

8. Custo de Empréstimos Obtidos

São capitalizados os custos com empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse

⁴ Participação no Capital de uma cooperativa de compras designada por “HOTELSHOP”.

⁵ Fundo de Compensação do Trabalho, a que se refere a Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro.

⁶ Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, a que se refere o Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, e Portaria n.º 31/2014 de 5 de fevereiro.

ativo, a contrário, outros custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período em que são obtidos.

No período de 2022 a entidade não capitalizou custos com empréstimos obtidos.

9. Inventários

Os “*Inventários*” são registados ao custo de aquisição.

O valor realizável líquido representa o preço de consumo deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder ao seu consumo.

Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda de imparidade.

No final do período de 2022 não foram reconhecidos inventários.

10. Ativos e Passivos Financeiros

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos, são reconhecidos ao custo menos as perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “*Perdas de imparidade acumuladas*”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os montantes reconhecidos na rubrica de “*Caixa e depósitos bancários*” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis, e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “*Financiamentos obtidos*”, expresso no “*Passivo Corrente*”.

Os passivos financeiros são classificados conforme a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

 205
 123
 Filipe
 Leixão
 f

Os contratos de locação são classificados ou como:

1. locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como,
2. locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

10.1 Créditos a receber

No fim do período de 2022 a entidade não reconheceu créditos a receber, dado que os utentes pagam os serviços contra a emissão de Fatura/Recibo.

10.2 Diferimentos

A natureza dos diferimentos, ativos e passivos, resume-se conforme o quadro seguinte:

Nota 11.2 do Balanço	2022	2021
Diferimentos Ativo		
Gastos a reconhecer com seguros	171,62	115,71
Diferimentos Passivo		
Rendimentos a reconhecer de subvenções	0,00	0,00

10.3 Outros ativos correntes

A natureza dos outros ativos correntes resume-se conforme o quadro seguinte:

Nota 11.3 do Balanço	2022	2021
Outros ativos correntes		
Portugal Inovação Social	0,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	121,24	121,24
Total	121,24	121,24

10.4 Instrumentos de capital próprio de outras entidades

Ver ponto 6 do Anexo.

10.5 Caixa e depósitos bancários

A natureza dos montantes reconhecidos resume-se conforme o quadro seguinte:

Nota do Balanço	2022	2021
Caixa de depósitos bancários		
Caixa	0,00	170,00
Depósitos à ordem	7 848,27	8 086,81
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Total	7 848,27	8 256,81

Os movimentos das rubricas de caixa e depósitos à ordem são conforme os quadros seguintes:

2022

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	170,00	518,37	688,37	0,00
Depósitos à ordem	8 086,81	15 444,72	15 683,26	7 848,27
Saldo	8 256,81	15 963,09	16 371,63	7 848,27

2021

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	162,07	1 236,76	1 228,83	170,00
Depósitos à ordem	9 219,27	113 440,23	114 572,69	8 086,81
Saldo	9 381,34	114 676,99	115 801,52	8 256,81

10.6 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo no fim do período de 2022 da rubrica de fornecedores foi liquidado no primeiro trimestre do período seguinte.

10.7 Financiamentos obtidos

No fim do período de 2022 não foram reconhecidos financiamentos.

10.8 Outros passivos correntes

A natureza de outros passivos correntes resume-se conforme segue:

Nota do Balanço	2022	2021
Outros Passivos Correntes		
Pessoal (Vencimentos de dezembro)	236,52	187,93
Credores por acréscimos de gastos	137,96	40,95
Paróquia de Caíde de Rei	0,00	0,00
Outros Passivos Correntes	2 930,93	3 617,81
Total	3 305,41	3 846,69

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

11. Rendimentos e Gastos

11.1 Rendimentos

A entidade reconhece Rendimentos na Demonstração dos Resultados quando surge um aumento dos recursos económicos relacionados com o aumento num ativo, ou com a diminuição de um passivo, este pode ser razoavelmente mensurável, e seja provável que obtenha benefícios económicos futuros.

O rédito inclui somente os influxos brutos de benefícios económicos recebidos e a receber pela entidade de sua própria conta.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos utentes e de outras entidades, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

Foram reconhecidos réditos que se desdobram conforme o quadro seguinte:

Rubricas	2022	2021	Varição
Vendas de bens	0,00	0,00	0,00
Prestação de Serviços	3 276,00	742,50	2 533,50
Subsídios à Exploração	6 404,72	26 325,65	-19 920,93
Outros (Donativos e outros)	5 538,37	3 813,70	1 724,67
Total	15 219,09	30 881,85	-15 662,76

11.2 Gastos

Os Gastos são reconhecidos na Demonstração dos Resultados quando tenha surgido uma diminuição dos recursos económicos da entidade, relacionados com a diminuição de um ativo ou com o aumento de um passivo e possam ser mensurados com fiabilidade.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” dos períodos de 2020 e 2021 repartem-se conforme o quadro seguinte:

Descrição	2022	2021	Varição	Δ %
Trabalhos especializados	2 177,10	9 356,61	-7 179,51	-76,7%
Publicidade e propaganda	92,49	116,85	-24,36	-20,8%
Vigilância e segurança	71,96	0,00	71,96	
Conservação e Reparação	36,93	1 518,44	-1 481,51	-97,6%
Despesas Bancárias	17,10	53,29	-36,19	-67,9%
Ferramentas e Utensílios	56,59	57,75	-1,16	-2,0%
Material de escritório	141,40	29,90	111,50	372,9%

Descrição	2022	2021	Variação	Δ %
Artigos para oferta	410,00	100,00	310,00	0,0%
Outros materiais	737,47	217,31	520,16	0,0%
Eletricidade	1 792,59	851,52	941,07	110,5%
Combustível	518,37	0,00	518,37	
Água	224,89	129,41	95,48	73,8%
Deslocações, Estadas e Transportes	165,30	0,00	165,30	0,0%
Comunicação	1 018,46	689,94	328,52	47,6%
Seguros	235,47	484,43	-248,96	-51,4%
Contencioso e notariado	55,00	25,00	30,00	
Limpeza Higiene e Conforto	237,50	85,41	152,09	178,1%
Outros serviços	1,50	74,23	-72,73	-98,0%
Total	7 990,12	13 790,09	-5 799,97	-42,1%

12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo divulgados no anexo, exceto se a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

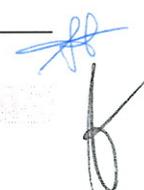
13. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

As subvenções e outros apoios concedidos por entidades públicas para compensar 'deficits' de exploração de um dado período imputam-se como rendimento desse período, conforme o parágrafo 14.10 da NCRF-ESNL.

Os subsídios do governo através da Segurança Social são provenientes do protocolo existente para a valência de CATL.

As subvenções obtidas de entidades públicas distribuem-se conforme o quadro seguinte:

Rubricas	2022	2021	Variação
Instituto da Segurança Social	0,00	3 622,32	-3 622,32
Município de Lousada	5 740,00	10 000,00	-4 260,00
Portugal Inovação Social	0,00	12 510,86	-12 510,86
IEFP	664,72	157,97	506,75
Outros	0,00	34,50	-34,50
Total	6 404,72	26 325,65	-19 920,93



14. Instrumentos Financeiros

Ver ponto 10 do Anexo.

15. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Segundo a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte (Vg. ponto 10.8 do Anexo).

O número médio de pessoas ao serviço do Centro Social e Paroquial de Caíde de Rei, na atividade de Centro Atividades de Tempos Livres, no exercício de 2021, foi de 1 pessoas (2 pessoas até abril e uma pessoa durante o terceiro trimestre).

Nos exercícios de 2021 e 2022 o CSP suportou gastos com o Pessoal nos montantes conforme o quadro seguinte:

Gastos com Pessoal	2022	2021
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	5 006,82	8 155,02
Indemnizações	0,00	2 217,70
Encargos sobre remunerações	523,24	1 665,28
Seguros de acidentes de trabalho	217,26	326,38
Outros gastos com o Pessoal	30,00	0,00
Total	5 777,32	12 364,38

16. Acontecimentos após a data do balanço

Em março de 2022 a instituição candidatou-se, ao abrigo do PRR, a um financiamento para ampliação no âmbito da valência “Centro de Dia”, estando a aguardar o resultado.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, nos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Notas às Demonstrações Financeiras

Nada a evidenciar.

19. Outras Divulgações

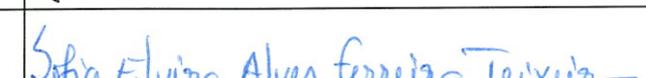
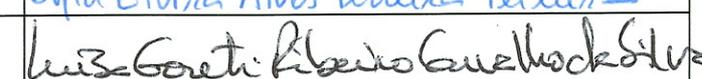
Os Rendimentos e Gastos foram, respetivamente, obtidos e suportados no mercado interno.

Decorrente do conflito armado na Ucrânia, a inflação e a subida das taxas de juro, registou-se um agravamento generalizado do clima de incerteza global com efeitos negativos nas perspetivas de evolução da economia mundial e necessariamente na economia Europeia e nacional.

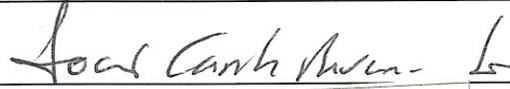
O CSP está ativamente atento aos efeitos que esta situação pode ter no desenvolvimento da sua atividade, designadamente quanto à imprevisibilidade de futuros acordos com a Segurança Social, subvenções e programas de financiamentos publico ao investimento, poderem ser negativamente afetados.

Caíde de Rei, 31 de março de 2022

A Direção

Presidente António Sousa Ferreira	
Vice-Presidente Adão António Moreira	
Secretário João Filipe Teixeira Pacheco	
Tesoureira Sofia Elvira Alves Ferreira Teixeira	
Vogal Luísa Goreti Ribeiro Carvalho da Silva	

O Contabilista Certificado

João Carlos Oliveira Leite	
----------------------------	--

177631767

28792

Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Contas do Exercício de 2022

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório e Contas, proposta pela Direção, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Assim, atendendo ao Relatório e Contas e documentação de suporte apresentados pela Direção, procedemos:

- à verificação da observância da lei e do cumprimento dos Estatutos do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI;
- à verificação com a profundidade e extensão consideradas adequadas aos documentos e registos contabilísticos;
- à apreciação do Relatório que sintetiza as atividades desenvolvidas no ano de 2022;
- à apresentação das Contas, através da verificação do Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo às Demonstrações Financeiras do ano de 2022.

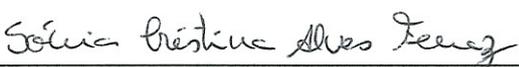
Parecer

A ação fiscalizadora desenvolvida permite concluir que o Relatório e Contas do exercício de 2022, proposto pela Direção, satisfaz as disposições legais e estatutárias e reflete a atividade desenvolvida e a situação financeira do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAIDE DE REI, pelo que somos de parecer que:

- seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2022;
- seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício positivo de € 1.175,12 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e três euros e seis cêntimos) para Resultados Transitados.

Caide de Rei, 31 de março do ano de 2023

O Conselho Fiscal

A Presidente, Sónia Cristina Alves Ferraz	
A secretária, Clara Filomena Teixeira Trigo	
O Vogal, Tiago Armando Magalhães M. Sabino	